Docusign Envelope ID: E45EE8F5-695D-8920-82A4-FB403D54993D

ALBIOMA SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 62.947.412/0001-90

Demonstrações financeiras Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço patrimonial

Ativo	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	0	-	5.358	-
Clientes e demais contas a receber	5	-	-	8.585	-
Partes relacionadas	12	-	-	0	-
Estoques		-	-	-	-
Adiantamento e despesas antecipadas		-	-	1.027	-
Tributos a recuperar		-	-	539	-
		0	**-**	**15.509**	**-**
Não circulante					
Caixa restrito	6	-	-	7.300	-
Outras contas a receber	10	-	-	47	-
Investimentos	7	188.047	-	0	-
Imobilizado	8	-	-	328.618	-
Intangível	9	-	-	125.014	-
Direito de uso	14	-	-	23.654	-
		188.047	**-**	**484.634**	**-**
Total do ativo		**188.047**	**-**	**500.142**	**-**

Passivo	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	108.367	-
Fornecedores	11	53	-	4.018	-
Partes relacionadas	12	2.400	-	5.095	-
Obrigações trabalhistas		-	-	428	-
Impostos e contribuições a recolher	13	-	-	1.153	-
Imposto de renda e contribuição social	13	-	-	1.853	-
Adiantamento		-	-	1.324	-
Passivos de arrendamento	14	-	-	578	-
		2.453	**-**	**122.816**	**-**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	167.372	-
Outras contas a pagar	10	-	-	93	-
Passivos de arrendamento	14	-	-	24.267	-
		-	**-**	**191.732**	**-**
Patrimonio Líquido					
Capital Social		187.333	-	187.333	-
AFAC		4.439	-	4.439	-
Prejuizos acumulados		(6.178)	-	(6.178)	-
		185.594	**-**	**185.594**	**-**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**188.047**	**-**	**500.143**	**-**

Demonstrações dos resultados

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas operacionais					
Receita de vendas e serviços	17	-	-	7.099	-
(-) Tributos incidentes sobre a receita	17	-	-	(350)	-
Lucro/prejuízo bruto		**-**	**-**	**6.749**	**-**
Despesas operacionais					
Custo do serviço prestado	18	-	-	(3.001)	-
Despesas com pessoal	19	-	-	(450)	-
Despesas gerais e administrativas	19	(103)	-	(3.043)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(103)**	**-**	**255**	**-**
Equivalencia Patrimonial	7	(6.075)	-	-	-
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	-	-	175	-
Despesas financeiras	20	-	-	(441)	-
Lucro antes de financiamento		**(6.178)**	**-**	**(11)**	**-**
Despesa de juros de financiamento	20	-	-	(5.438)	-
Resultado antes dos impostos		**(6.178)**	**-**	**(5.449)**	**-**
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	(729)	-
Resultado líquido do exercício		**(6.178)**	**-**	**(6.178)**	**-**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital Realizado	Aumento futuro de capital (AFAC)	Prejuízos acumulados	Resultado do exercicio	Total
Saldo em 31/12/2024	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aumento de capital	187.333	4.439	-	-	191.772
Resultado do Exercício	-	-	-	(6.178)	(6.178)
Transferencia entre reservas	-	-	(6.178)	6.178	-
Saldo em 30/12/2025	**187.333**	**4.439**	**(6.178)**		**185.594**

Demonstração dos resultados abrangentes

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Prejuízo do exercício	**(6.178)**	**-**	**(6.178)**	**-**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(6.178)**	**-**	**(6.178)**	**-**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora 2025	Consolidado 2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(6.178)**	**(5.449)**
Depreciação e amortização	-	2.653
Equivalência patrimonial	6.075	-
Juros sobre arrendamento	-	21
Despesas emprestimos	-	5.438
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	-	(1.397)
	(103)	**1.266**
Variações no capital circulante		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	(1.994)
Partes relacionadas	2.400	5.095
Tributos a recuperar	-	(539)
Obrigações trabalhistas	-	428
Impostos, contribuições e taxas a recolher	-	1.153
Adiantamento de clientes	-	1.324
Fornecedores e outras contas a pagar	53	4.018
Imposto de renda e contribuição social	-	1.853
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**2.350**	**12.604**
Juros pagos	-	(9.104)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(729)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	**2.350**	**2.771**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Integração de capital	(6.790)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(6.790)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	4.440	4.440
Pagamento de empréstimos	-	(1.820)
Pagamento de arrendamento	-	(33)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	**4.440**	**2.587**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**0**	**5.358**
Variação de caixa e equivalentes de caixa		
. No início do exercício	-	-
. No final do exercício	0	5.358
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**0**	**5.358**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Albioma Solar Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31 de outubro de 2025, com o objetivo de centralizar as participações societárias do grupo Albioma nos projetos de geração de energia solar fotovoltaica no Brasil. A Companhia atua como holding, não possuindo operações próprias relevantes, sendo suas atividades exercidas por meio de suas controladas, que atuam na geração, locação e manutenção de equipamentos de energia fotovoltaica. Na data de sua constituição, a controladora Albioma Participações do Brasil Ltda. transferiu à Companhia as participações anteriormente detidas nas subholdings Albioma Solar Brasil I, II e III, conforme descrito na Nota 8 – Investimentos, no contexto de uma reorganização societária sob controle comum. Durante o exercício de 2025, os projetos solares desenvolvidos pelas controladas da Companhia evoluíram de fases pré-operacionais para operacionais, com a conclusão da construção de parte relevante dos parques solares e o início de suas operações comerciais, passando a gerar receitas de locação de equipamentos e serviços associados. A sede da Companhia está localizada na Rua Luso-Brasileira, 4-44, salas 905 e 906, Jardim Estoril IV, no município de Bauru, estado de São Paulo. A controladora final da Companhia é a Albioma Participações do Brasil Ltda., com sede na cidade de São Paulo – SP. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Albioma Solar Participações S.A. e suas controladas ("Albioma" ou "Grupo", quando citada em conjunto com suas controladas) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela administração para emissão em 31 de março de 2026. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme às práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme às práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas. **2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Novos requisitos de divulgação e mudanças nas políticas contábeis: Impactos do ambiente geopolítico e macroeconômico:** Os conflitos geopolíticos continuam provocando mudanças significativas no cenário de risco global, bem como impacto econômico generalizado tanto nas regiões diretamente afetadas quanto globalmente onde as Companhias se envolvem em atividades econômicas transfronteiriças. As entidades devem considerar cuidadosamente suas exposições diretas e indiretas a conflitos geopolíticos e fornecer as divulgações necessárias de maneira que seja apropriadamente adaptada às suas circunstâncias individuais. Além disso, mudanças relevantes nas taxas de inflação e taxas de juros podem ser uma fonte significativa de incerteza de estimativa e podem ter um impacto material no valor contábil de ativos e passivos. Algumas entidades ainda podem precisar atualizar julgamentos e estimativas, bem como divulgações relacionadas, para os impactos da incerteza econômica em andamento. As entidades também podem precisar atualizar a análise de sensibilidade para refletir uma faixa razoável possível de mudanças nas taxas de juros e continuar a considerar o impacto que a inflação e alterações nas taxas de juros tiveram em seu desempenho e posição financeira. Mudanças nas taxas de inflação e taxas de juros podem afetar as medições do valor justo, as estimativas de fluxo de caixa futuro esperado, as taxas de desconto usadas para determinar o valor presente dos fluxos de caixa, os indicadores de imparidade e os testes de imparidade. Variações nas taxas de inflação e taxas de juros também podem causar incerteza significativa na estimativa em relação à medição de ativos e passivos de curta e longa duração. As entidades também podem precisar considerar novas ou expandidas divulgações nesta área. **Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras modelo do Pilar Dois, aplicáveis aos grupos de Companhias multinacionais com receitas anuais iguais ou superiores a 750 milhões de euros em pelo menos dois dos quatro exercícios fiscais anteriores. Em um contexto maior de uma reforma da tributação corporativa internacional, as regras de Pilar Dois permitem a cobrança de tributos complementares (top-up taxes) de grupos econômicos multinacionais que estejam dentro do escopo dessas regras e não alcancem uma alíquota efetiva mínima de 15% por jurisdição em que têm presença. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. As regras de Pilar Dois devem ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que diversas jurisdições já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. No Brasil, foi publicada a Lei no 15.079/2024 em dezembro de 2024, com vigência a partir de 1o de janeiro de 2025, instituindo o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para Companhias multinacionais que estejam no escopo do Pilar Dois, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE) O Adicional da CSLL no Brasil reflete a adoção da regra do Tributo Complementar Mínimo Doméstico Qualificado (QDMTT) e visa garantir uma tributação efetiva, no país, de no mínimo 15% sobre os lucros gerados por Companhias brasileiras que façam parte de grupos econômicos multinacionais. Em maio de 2023, foram realizadas alterações ao IAS 12 - Income Taxes (CPC 32), em conexão com a implementação das regras modelo do Pilar Dois da OCDE. Assim, o IAS 12 estabeleceu uma isenção temporária e mandatória, sobre o reconhecimento de impostos diferidos sobre o lucro, decorrentes de alterações de legislações tributárias para implementação do Pilar Dois. As alterações ao IAS 12 ainda permanecem e trazem as seguintes divulgações requeridas nas DFs: • o fato de a entidade ter aplicado a exceção temporária do IAS 12 relativa ao reconhecimento e divulgação dos tributos diferidos sobre o lucro do Pilar Dois; • o valor da despesa com imposto corrente (se houver) relacionada a tributos sobre o lucro do modelo do Pilar Dois; e: • informações conhecidas, ou razoavelmente estimáveis, que possibilitem aos usuários das Demonstrações Financeiras o entendimento da exposição da entidade a tributos sobre o lucro decorrentes do modelo do Pilar Dois. Observar que a isenção mandatória do IAS 12 não se aplica a mensuração ou reconhecimento de impostos correntes sobre o lucro, o qual deve ser avaliado conforme a Lei no 15.79/24 e IN RFB no 2.228/2024. **Reforma tributária:** A reforma tributária sobre o consumo ("Reforma tributária"), estabelece a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo: PIS, COFINS, ICMS e ISS, por dois tributos: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), institui o Imposto Seletivo (IS) (sobre produtos identificados como nocivos à saúde e/ou que causam danos ao meio ambiente), assim como estabelece uma diminuição do campo de incidência do IPI. Os novos tributos e as novas alíquotas, entram em vigor gradualmente a partir de 1o de janeiro de 2027, com a substituição total dos tributos atuais até 2033. Potenciais impactos contábeis como reflexo das alterações a serem trazidas pela Reforma tributária, podem incluir: Redução ao valor recuperável de ativos, Impostos indiretos acumulados a recuperar, Tributos diferidos sobre o lucro, Divulgações (estimativas e julgamentos críticos). Conforme esperado, os potenciais impactos contábeis listados acima não são exaustivos e devem ser analisados caso a caso. **Tributação de dividendos - Lei no 15.270/25:** Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei no 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1o de janeiro de 2026. Um ponto relevante da Lei no 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das Companhias quanto ao momento de distribuição dos dividendos. **Novas normas contábeis: Adoção antecipada do IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** A Companhia adotou antecipadamente o IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements, emitido pelo International Accounting Standards Board, com vigência original a partir de 1º de janeiro de 2027. O IFRS 18 substitui o IAS 1 e introduz novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo a classificação de receitas e despesas nas categorias operacional, de investimento e de financiamento, além da exigência de subtotais obrigatórios, como o lucro operacional e o resultado antes do financiamento e impostos. A adoção da norma foi realizada de forma retrospectiva, com a reapresentação das informações comparativas, quando aplicável. Adicionalmente, a Companhia passou a divulgar medidas de desempenho gerencial (Management Performance Measures – MPMs), acompanhadas das respectivas conciliações com os subtotais definidos pelas normas contábeis. Os principais impactos da adoção do IFRS 18 estão relacionados à reclassificação de linhas na demonstração do resultado e ao aumento do nível de divulgação, não havendo efeitos relevantes no resultado líquido ou no patrimônio líquido da Companhia. A administração está analisando os impactos das normas que ainda não estão em vigor, não há plano de antecipação de aplicação destas normas, de todo modo não há expectativa de impacto relevante nas demonstrações financeiras. **3. Políticas contábeis: 3.1. Bases de consolidação:** Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre Companhias, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre Companhias, saldos entre as Companhias nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação de acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas Companhias consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as Companhias controladas:

	2025 Direta	2025 Indireta
Albioma Solar Brasil Ltda. (ASB)	100%	-
UFV PI I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (UFV PI I)	-	100%
UFV GO I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (UFV GO I)	-	100%
UFV CE I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (UFV CE I)	-	100%
UFV PE I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (UFV PE I)	-	100%
UFV SP I Equipamentos Ltda. (UFV SP I)	-	100%
UFV SP II Equipamentos Ltda. (UFV SP II)	-	100%
Albioma Solar Brasil II Ltda. (ASB II)	100%	-
UFV Goias I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (ASG I)	-	100%
UFV Goias II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (ASG II)	-	100%
UFV Campo Limpo I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (CLI)	-	100%
UFV Campo Limpo II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (CLII)	-	100%
UFV Itaberaí Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (ITA)	-	100%
UFV Ouro Verde Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (OVE)	-	100%
Albioma Solar Brasil III Ltda. (ASB III)	100%	-
UFV São Romão Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (ASR)	-	100%
UFV Herculandia I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (HERC I)	-	100%
UFV Herculandia II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (HERC II)	-	100%
UFV Herculandia III Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (HERC III)	-	100%
UFV Herculandia IV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (HERC IV)	-	100%
UFV Ibitinga Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (IBI)	-	100%
UFV Unai Equpamentos Fotovoltaicos Ltda	-	100%
UFV Unai II Equpamentos Fotovoltaicos Ltda	-	100%
UFV Sjriopardo I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	-	100%
UFV Sjriopardo II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	-	100%
UFV Sjriopardo III Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	-	100%
UFV Sjriopardo IV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	-	100%
UFV São Manuel Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	-	100%
UFV São Manuel II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	-	100%
UFV Mococa I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	-	100%
UFV Mococa II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	-	100%
UFV Mococa III Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	-	100%
UFV Mococa IV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	-	100%
UFV Cordeiro Equipamentos Fotovoltaicos Ltda	-	100%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. O controle é obtido quando a Companhia está exposta, ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida. Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir: • Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida): • Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida. • A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento. Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ele tem poder sobre uma investida, incluindo: • O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Direitos de voto da Companhia e os direitos de voto potenciais. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. **a) Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas controladas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma controlada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. **b) Investimentos nas demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, a sua moeda de apresentação. **3.3. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo amortizado, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo a variação registrada no resultado do exercício. **3.4. Clientes e demais contas a receber:** Apresentadas ao valor contábil, não sendo necessário o ajuste a valor presente, pois a Companhia avaliou e considerou a imaterialidade dos ajustes. Os valores são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o período de divulgação. Os demais, são classificados como não circulantes. Não foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa em função das remotas expectativas de perda. **3.5. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo valor de custo de entrada acrescidos de gastos incorridos na aquisição de estoques. Estes estoques são mantidos exclusivamente para manutenção de equipamentos e instalações, não sendo destinados a venda. **3.6. Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, as taxas descritas abaixo e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso. Os gastos incorridos que representem melhorias do imobilizado são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, com exceção das máquinas, equipamentos e instalações ligados aos consórcios que se limitam a depreciação até o seus encerramentos em 2035, são as seguintes, conforme estudo de vida útil realizado no início de 2022 e confirmado pela administração em 2025:

Descrição	Anos
Máquinas, equipamentos	24
Equipamentos biogás	25
Geradores fotovoltaicos	25
Edificações	20
Móveis e equipamentos de comunicação	14
Computadores e periféricos	6
Instalações	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado prospectivamente. **3.7. Intangível: a) Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controlada e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **b) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Tais custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **c) Direito de exploração solar:** O direito de exploração adquirido em uma combinação de negócios representa o direito de explorar a licença de acesso e é reconhecido pelo valor justo na aquisição. O direito de exploração tem vida útil finita e é contabilizado pelo valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada do direito de exploração que está alinhada com a vida útil do parque fotovoltaico. **d) Relacionamento contratual com cliente:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na aquisição. As relações contratuais com cliente têm vida útil finita e são contabilizadas pelo valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada de relação com o cliente. **e) Parecer de acesso e custas de construção:** Correspondem aos valores incorridos para obtenção do parecer de acesso junto às concessionárias de energia, bem como aos custos diretamente atribuíveis à viabilização da conexão do empreendimento ao sistema elétrico. Esses gastos incluem estudos técnicos, taxas regulatórias e encargos necessários para garantir o direito de conexão, sendo capitalizados como intangível por representarem benefícios econômicos futuros associados à operação do ativo. **f) Linha de transmissão e subestação:** Referem-se aos direitos relacionados à infraestrutura necessária para escoamento da energia gerada até o ponto de conexão com a rede elétrica, incluindo subestações e sistemas de transmissão associados. Quando não há titularidade direta do ativo físico, mas sim o direito de uso ou de acesso à capacidade de transmissão, tais valores são registrados como ativo intangível, uma vez que representam benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização dessa infraestrutura. **g). Linha de servidão:** Compreende os custos relacionados à obtenção de direitos de passagem sobre propriedades de terceiros, necessários para a implantação e manutenção de infraestrutura elétrica (como linhas de transmissão). Esses direitos asseguram à Companhia o uso contínuo das áreas envolvidas, sendo registrados como ativo intangível por sua natureza de direito legal que gera benefícios econômicos ao longo do tempo. **3.8. Investimentos:** Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial. Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição. O ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) não é amortizado, sendo testado anualmente para verificação de perda por redução ao valor recuperável (impairment), ou com maior frequência quando há indicação de que possa estar desvalorizado, conforme CPC 01 (R1). As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia. Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Durante o ano de 2025, houve a antecipação de dividendos. **3.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando aplicável. Os valores são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o período de divulgação. **3.10. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Albioma tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.11. Passivos de arrendamento:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. **3.12. Provisões e passivos de contingências:** São reconhecidas quando a Albioma tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. **3.13. Provisão de bônus e participação no resultado:** A Albioma reconhece um passivo e uma despesa de bônus com base em metodologia, que leva em conta a expectativa do cumprimento de objetivos individuais e metas financeiras anuais da Albioma. O passivo e a despesa da participação nos resultados têm como base uma metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Albioma. A Albioma reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation). **3.14. Avaliação da recuperação do valor contábil de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **(a) Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. **(b) Ativos Intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a Companhia em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir: **•. Contas a receber:** Projetadas com base na realização do ano de 2025 e projeções orçamentárias para 2026, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos para valores futuros. **•. Investimentos de capital:** Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente. **•. Taxa de desconto:** Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo utilizada a taxa WACC. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta, bem como é feita reconciliação da taxa WACC para excluir os efeitos dos impostos para fins de divulgação da taxa, de acordo com o CPC 01 (R1). **3.15. *Impairment de ativos não financeiros:*** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment, na data de apresentação do balanço. **3.16. Capital social:** As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.17. Distribuição de dividendos:** Quando realizada, a distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício. **3.18. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da comercialização de energia elétrica no curso normal da atividade da Companhia, é apresentada líquida de tributos. A entidade deve contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente que esteja dentro do alcance deste pronunciamento somente quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações, quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos, quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos, quando o contrato possuir substância comercial e quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço. **a) Locação de equipamentos e terra e Serviços de manutenção:** O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. As receitas auferidas são decorrentes da locação de equipamentos e terra e dos serviços de manutenção. O reconhecimento no resultado é linear com base um valor mensal e inclui um componente variável dependendo da quantidade de energia produzida e compensada. **b) Receitas financeiras:** As receitas financeiras da Companhia compreendem: • Juros sobre aplicações financeiras; • Descontos obtidos; As receitas e as despesa financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **3.19. Tributação:** Os regimes de tributação das sociedades da Albioma estão detalhados a seguir: a) Na controladora Albioma Solar Brasil Ltda., o imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme as normas estabelecidas para a apuração do lucro real. b) Nas subsidiárias o imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme as normas estabelecidas para a apuração do lucro presumido onde o imposto de renda é computado com a presunção de 32% sobre a receita de serviços, em geral acrescido das demais receitas (receitas financeiras e outras receitas tributáveis), pela alíquota de 15% e do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R$ 60.000,00 no trimestre, enquanto que a contribuição social é computada com presunção de 32% sobre a receita de serviços, também acrescidas das demais receitas e aplicada a alíquota de 9%, reconhecidas pelo regime de caixa. **3.20. Consórcios:** Conforme lei 6.404/76, as companhias e quaisquer outras sociedades, sob o mesmo controle ou não, podem constituir consórcio para executar determinado empreendimento. O consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Bancos	-	-	35	-
Aplicações financeiras (a)	-	-	808	-
Aplicações de renda fixa (b)	-	-	4.515	-
	-	**-**	**5.358**	**-**

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa e aplicações com vencimentos inferiores a 90 dias e resgatáveis sem qualquer carência. (a) As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário (CDB), indexadas a uma taxa de mercado com base em uma variação percentual de 100% em 2025 da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). (b) Aplicações de renda fixa, são remuneradas diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração média anual de entre 20% % em 2025 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Clientes:	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Contratos Claro	-	-	3.229	-
Contrato Comerc	-	-	12	-
Contratos Exata	-	-	4.788	-
Contrato Matrix	-	-	555	-
Total de clientes	**-**	**-**	**8.585**	**-**

Não há títulos operacionais vencidos até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, bem como não há expectativa de perda significativa na realização do contas a receber. Receitas referentes a locação de equipamentos e terra e serviços de manutenção no período, para o cliente Claro na Albioma Solar Brasil. A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes nas datas de 31 de dezembro de 2025 e concluiu que os valores justos se equiparam aos valores contábeis, pois o giro do contas a receber é de curto prazo. A liquidez do contas a receber foi analisada e não foram identificados valores a serem provisionados.

6. Caixa restrito:	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Banco Santander	-	-	7.300	-
Total de clientes	**-**	**-**	**7.300**	**-**

Trata-se de notas comerciais celebrada com o Santander estabelecido em cláusula de garantia da operação, onde a Albioma Solar Brasil deve constituir previsão de uma conta bancária Reserva de 1 vez a parcela do financiamento, movimentável unicamente pela instituição financeira Banco do Brasil, a ser mantida até o final da liquidação de todas as obrigações desse contrato. A administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta de garantia à uma conta de Investimento remunerada a 95% do CDI. **7. Investimentos: (a) Constituição e recebimento de participações societárias:** Em 31 de outubro de 2025, foi constituída a Companhia com o objetivo de centralizar as participações societárias do grupo. Na mesma data, a controladora Albioma Participações do Brasil transferiu para a Companhia as participações anteriormente detidas nas Companhias Albioma Solar Brasil I, II e III. A operação foi suportada por laudo de avaliação, elaborado com base nos valores contábeis das investidas na data da transação. A transação caracteriza-se como uma reorganização societária entre entidades sob controle comum, uma vez que todas as Companhias envolvidas permanecem sob o controle final da controladora. Em função disso, os investimentos recebidos foram reconhecidos pelos seus valores contábeis, não havendo reconhecimento de ágio (goodwill) ou ganho por compra vantajosa, tampouco impacto no resultado do período. **Efeitos no fluxo de caixa:** A transferência das participações não envolveu movimentação de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, não houve impacto na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Adicionalmente, durante o exercício de 2025, as investidas do Grupo concluíram a construção de parte relevante dos parques solares anteriormente em fase de desenvolvimento, com a consequente entrada em operação comercial desses empreendimentos ao longo do período. Com isso, tais entidades deixaram a fase pré-operacional e passaram a gerar receitas operacionais, principalmente decorrentes da locação de equipamentos fotovoltaicos, cessão de uso de infraestrutura e prestação de serviços de operação e manutenção. Em decorrência da entrada em operação, os ativos correspondentes passaram a ser depreciados de acordo com suas respectivas vidas úteis econômicas. **(b) Movimentação dos investimentos:**

	Albioma Solar	Albioma Solar II	Albioma Solar III	Total
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
Aquisição	103.107	33.125	51.100	187.332
Integração de capital	2.350	215	4.225	6.790
Equivalência Patrimonial	(1.633)	(1.559)	(2.883)	(6.075)
Em 30 de setembro de 2025	**103.824**	**31.781**	**52.442**	**188.047**

O exercício de 2025 representa o primeiro período de reporte da Companhia após sua constituição, refletindo simultaneamente a reorganização societária do grupo e o início da operação dos ativos de geração de energia. **(c) Informações das sociedades controladas: (i) Albioma Solar Brasil Ltda.** A Albioma Solar Brasil Ltda é uma Companhia limitada que tem por objeto social a administração de usinas fotovoltaicas de energia solar. Fundada em 08 de junho de 2022, tem sua sede no município de Bauru, no estado de São Paulo. Seu capital social integralizado é de R$ 129.737, dividido em 129.737 ações, tendo sido realizado, em 2025, o total de R$ 5.490 de integração a título de aumento futuro de capital (AFAC) a ser registrado em abril de 2026. **(ii) Albioma Solar Brasil II Ltda.** A Albioma Solar Brasil II Ltda, é uma sociedade limitada unipessoal fundada em 08 de dezembro de 2023, tendo sua sede no município de Bauru, no estado de São Paulo, com capital social integrado de R$ 33.938, dividido em 33.938.000 ações e o total de R$ 1.983 de integração a título de aumento futuro de capital (AFAC) a ser registrado em abril de 2026, tem como preponderante atividades de geração e comercialização de energia elétrica solar. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Os parques solares desenvolvidos para cada investida da Albioma Solar Brasil II estão em fase de construção. **(iii) Albioma Solar Brasil III Ltda.** A Albioma Solar Brasil III Ltda, é uma sociedade limitada unipessoal fundada em 24 de julho 2024, tendo sua sede no município de Bauru, no estado de São Paulo, com capital social não integrado de R$ 72.000, dividido em 72.000.000 ações, tem como preponderante atividades de geração e comercialização de energia elétrica solar. Em 2025 foi integrado R$ 67.752: A Companhia iniciou suas operações comerciais durante o exercício de 2025, após a conclusão da construção dos parques solares vinculados às suas investidas. Até então, encontrava-se em fase pré-operacional. **8. Imobilizado:**

Consolidado	Saldo 2024	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo 2025
Gerador Fotovoltaico locado	-	136.958	-	(1.123)	135.835
Edificações	-	42.578	-	(349)	42.229
Maquinas e equipamentos	-	28.994	-	(233)	28.761
Móveis e utensílios/Equip. de comunicação	-	51	-	-	51
Ferramentas	-	175	-	(3)	172
Equip. de informática	-	45	-	(11)	34
Ativo em andamento	-	121.536		-	121.536
	-	**330.337**	**-**	**(1.719)**	**328.618**
Custo	-	283.243			330.337
Deprec. acum.	-				(1.719)
Imobilizado líquido	**-**				**328.618**

Ao fim do exercício de 2025 a Albioma Solar Brasil possuía a totalidade dos ativos Gerador Fotovoltaico das UFVs, num total de R$ 112.187 como garantia do financiamento via notas comerciais (R$ 116.757 em 2023). Ao fim do exercício de 2025 a Albioma Solar Brasil II e III possuía a totalidade dos ativos como garantia do financiamento via notas comerciais.

9. Intangível: Consolidado	saldo 2024	Adição	Amortização	saldo 2025
Software	-	9	(1)	8
Agio	-	31.697	-	31.697
Relacionamento com cliente	-	11.052	(171)	10.881
Direito de exploração	-	65.650	(529)	65.121
Parecer de Acesso	-	5.015	(45)	4.969
Custas de construção	-	2.068	(20)	2.049
Sistema de subestação	-	1.463	(14)	1.448
Linha de servidão	-	8.927	(86)	8.841
	-	**125.879**	**(700)**	**125.014**

• O Relacionamento contratual com cliente é reconhecido na Albioma Solar Brasil pelo contrato com o único cliente das 6 UFVs, e foi mensurado pelo método de Royalty Relief. A vida útil do Relacionamento com cliente é 13 anos conforme o prazo remanescente do contrato com o cliente. • O Direito de Exploração na modalidade de Geração Distribuída, é reconhecido na Albioma Solar Brasil através da licença de acesso ao sistema de distribuição, firmado entre o acessante e a distribuidora por meio do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), que estabelece os termos e condições para o uso do sistema de distribuição e os correspondentes direitos, obrigações e exigências operacionais das partes. Para a mensuração do valor justo do Direito de Exploração, foi utilizada a metodologia do Multi-period Excess Earnings (MPEEM). A vida útil do Direito de Exploração é de 24 anos conforme o prazo remanescente legal das licenças de acesso na modalidade de Geração Distribuída.

10. Fornecedores:	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fornecedores	53	20	3.545	1.408
Fornecedores - imobilizado	-	-	473	19
	53	**20**	**4.018**	**1.427**

11. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrentes de operações com acionistas minoritários no consolidado, seguem resumidos abaixo:

		Controladora Passivo 2025	Controladora Passivo 2024
Solar Brasil II		-	-
Solar Brasil III		-	-
Albioma Participações	(a)	2.400	205
Adiantamento de dividendos		-	-
Adiantamento de redução de capital		-	-
Albioma Participações - mutuo		-	-
		2.400	**205**

	Consolidado Passivo 2025	Consolidado Passivo 2024
Albioma Participações	5.095	-
	5.095	**-**

12. Impostos e contribuições a recolher e Tributos a recuperar:

(a) Tributos a recolher:	Consolidado 2025	Consolidado 2024
ISS	5	-
Contribuições retidas na fonte	288	-
PIS	39	-
COFINS	180	-
IOF s/ mutuo	326	-
Impostos diferidos	314	-
	1.153	**-**
	0	

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
IRPJ	698	-
CSLL	309	-
Impostos diretos diferidos	846	-
	1.853	**-**

(i) Valores referente à competência de dezembro, que serão pagos em 2026.

(b) Tributos a recuperar:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
PIS a recuperar	9	-
Cofins a recuperar	43	-
IRRF a recuperar	113	-
ICMS a recuperar	23	-
IRPJ a recuperar	70	-
CSLL a recuperar	36	-
Saldo negativo	245	-
	539	**-**

13. Arrendamentos e direito de uso: Os parques solares possuem contratos de arrendamento dos terrenos firmados até 2048 juntos aos locadores. Os passivos de arrendamentos relacionados a taxa de desconto de 9,7%. As controladas possuem contratos de arrendamento dos terrenos firmados até 2048 juntos aos locadores, aplicados a norma do CPC 06 (R2) – IFRS 16, utilizando a taxa de risco de financiamento de 9,7%. O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arredamentos:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Terrenos	6.154	-
Imovel	18.922	-
Veiculos	1.011	-
Computadores	680	-
(-) Depreciação	(3.113)	-
	23.654	**-**

Ativos de direito de uso: A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Controlada	saldo 2024	Adição	Amortização	saldo 2025
Direito de uso	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**

Consolidado	saldo 2024	Adição	Amortização	saldo 2025
Direito de uso	-	23.888	(234)	23.654
	-	**23.888**	**(234)**	**23.654**

Passivos de arrendamento: As movimentações de saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo final dezembro 2023	**0**	**-**
Atualização contratos de arrendamento	-	-
Pagamento de arrendamento	-	-
Provisão de juros	-	-
Saldo final dezembro 2024	**-**	**-**
Contratos de arrendamento	-	24.857
Pagamento de arrendamento	-	(33)
Provisão de juros	-	21
Saldo final setembro de 2025	**-**	**24.845**
Curto prazo	**-**	**578**
Longo prazo	**-**	**24.267**

14. Empréstimos e financiamentos:

A composição dos empréstimos e financiamentos é demonstrada abaixo:

Linha de Crédito		Moeda	Juros médios (a.a.)	2025
Debentures - Santander	(a)	R$	CDI + 2,6%	117.912
BNDES - contrato 24901491010	(b)	R$	9,40%	47.563
BNDES - contrato 18204591026	(b)	R$	IPCA + 7,9%	19.719
Notas comerciais - BTG	(c)	R$	CDI + 3,1%	92.486
				277.680
(-) Custos de transação a amortizar				(1.941)
				275.739
Passivo circulante				108.367
Passivo não circulante				167.372
				275.739

Linha de crédito: (a) Em 05 de agosto de 2022, foi realizado a 1ª emissão de notas comerciais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforço Restrito, junto ao agente fiduciário Vortx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. no valor de R$ 130.000 para financiar a aquisição das 6 usinas fotovoltaicas junto a GreenYellow. Inclui despesas provenientes do contrato de empréstimo, apropriadas mensalmente conforme o prazo adicional de pagamento de 84 meses. O vencimento da primeira parcela do financiamento se deu em 1 de dezembro de 2022 e seu pagamento se dá semestralmente até 2029. Em assembleia geral de titulares das notas comerciais da primeira emissão de notas comerciais, em serie única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Albioma Solar Brasil ltda, realizada em 25 de setembro de 2024 foi aprovado pelo Titular das Notas Comerciais a alteração da metodologia de cálculo do Índice Financeiro que passará de 1,10x para 1,00x a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. O índice é calculado como quociente da geração de caixa da atividade, incluindo o pagamento do imposto de renda, pelo serviço da dívida, e inclui a possibilidade de cura, a ser realizada mediante aporte de capital desde que seja limitado a 2 vezes durante todo o prazo da Emissão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou ICSD acima de 1,00X. As principais garantias para este contrato de notas comerciais são as seguintes: i. Cessão fiduciária em garantia sobre a todos e quaisquer direitos creditórios de titularidade das SPEs; ii. Alienação fiduciária em garantia sobre a totalidade dos equipamentos adquiridos; iii. Alienação fiduciária em garantia, a ser constituída pela Albioma Solar Brasil em favor do Credor, sobre a totalidade das ações representativas do capital social das entidades detidas; (b) Em 28 de novembro de 2024, foi realizado a 1ª emissão de notas comerciais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforço Restrito, junto ao agente fiduciário Oliveira Trust. no valor de R$ 55.200 para financiar a construção das SPE. Inclui despesas provenientes do contrato de empréstimo, apropriadas mensalmente conforme o prazo adicional de pagamento de 72 meses. A primeira parcela de amortização de juros aconteceu em agosto de 2024. As principais garantias para este contrato de notas comerciais são as seguintes: i. Cessão fiduciária em garantia sobre a todos e quaisquer direitos creditórios de titularidade das SPEs; ii. Alienação fiduciária em garantia sobre a totalidade dos equipamentos adquiridos ou a serem adquiridos pelas SPEs; iii. Alienação fiduciária em garantia sobre a totalidade das ações representativas do capital social da Emitente detidas; iv. Garantia fidejussória representada por fiança prestada pela Albioma Participações e Albioma Rio Pardo. (c) Em assembleia extraordinária realizada em 12 de novembro de 2024, as partes deliberaram acerca da autorização para contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES"), mediante emissão de Cédula de Crédito Bancário, para a implantação de linha de produção de biogás a partir de vinhaça. A emissão de Cédula de Crédito Bancário, em favor da Companhia, no valor de R$ 65.671, dividido em Subcrédito "A" e "B". O prazo total do financiamento será de 178 (cento e setenta e oito meses), com carência de 12 (doze) meses e garantia emitida através de carta de fiança bancária junto ao banco Itaú. Os acionistas consignam que o Subcrédito "A" será no valor de R$ 45.971 a ser provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), no âmbito do Programa Fundo Clima e o Subcrédito "B", no valor de R$ 19.700, será composto de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais destinado à implantação das 6 UFVs, na modalidade de geração distribuída, com potência instalada de 15 MWAC por meio das controladas nos municípios de Goianésia/GO, Campo Limpo de Goiás/GO, Ouro Verde/GO e Itaberaí/GO da Companhia.". As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes: • Fiança bancária que permanecerá vigente até a conclusão física e financeira; (d) Em 16 de dezembro de 2023, foi realizado a 1ª emissão de notas comerciais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforço Restrito, junto ao agente fiduciário Oliveira Trust. no valor de R$ 94.550 para financiar a construção das SPEs. Inclui despesas provenientes do contrato de empréstimo, apropriadas mensalmente conforme o prazo adicional de pagamento de 38 meses. A primeira parcela de amortização de juros se dará em maio de 2025: As principais garantias para este contrato de notas comerciais são as seguintes: i. Cessão fiduciária em garantia, a ser constituída pelas SPEs em favor do Credor, na qualidade de titular das Notas Comerciais Escriturais, sobre a todos e quaisquer direitos creditórios de titularidade das SPEs; ii. Alienação fiduciária em garantia, a ser constituída pelas SPEs em favor do Credor, na qualidade de titular das Notas Comerciais Escriturais, sobre a totalidade dos equipamentos adquiridos ou a serem adquiridos pelas SPEs; iii. Alienação fiduciária em garantia sobre a totalidade das ações representativas do capital social das entidades detidas; iv. Garantia fidejussória representada por fiança prestada pela Albioma Participações:

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo final dezembro 2024	**-**
Aquisição dívida (a)	277.558
Amortização de principal	(1.820)
Pagamento de juros	(9.104)
Provisão de juros	5.438
Juros capitalizados	5.064
Comissão fiança apropriada	(1.397)
Saldo final dezembro 2025	**275.739**

Continua...

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 24/04/2026 21:11:37 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

Docusign Envelope ID: E45EE8F5-695D-8920-82A4-FB403D54993D

Continuação...

Durante 2025, o Grupo capitalizou custos de empréstimos no valor de R$ 11.702. Os montantes capitalizados são juros do financiamento dos ativos qualificados que são as plantas em construção da ASB II e ASB III. Os valores foram contabilizados no Imobilizado em andamento. **Cronograma de amortização da dívida:** A seguir, estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Ano	Saldo
2026	108.367
2027	16.095
2028	17.696
2029	85.082
2030	4.409
2031	4.409
2032	4.409
2033	4.409
2034	4.409
2035	4.409
2036	4.409
2037	4.409
2038	4.409
2039	4.409
2040	4.409
Total	**275.739**

Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade visa definir um cenário provável e dois outros cenários que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos a Companhia.

	2025					
Operação	Contratos	Cenário Provável	Cenário adverso possível		Cenário adverso remoto	
	Valor – Reais	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	210.398	14,74%	18,43%	38.766	22,11%	46.519
IPCA	19.719	4,87%	6,09%	1.200	7,31%	1.440
	230.116			**39.965**		**47.958**

15. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R$ 187.333, dividido em 187.333.096 ações. Em 29 de setembro de 2025 foi criada a Companhia para a reorganização societária, tendo seu capital integralizado com as cessões das participações societárias da Albioma Solar I, II e III. A controladora da Companhia é denominada Albioma Participações do Brasil Ltda. **16. Reserva de retenção de lucros:** A sociedade é por ações, estando o resultado alocado da seguinte maneira. Abaixo segue a movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo início do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**
Resultado do exercício	(6.178)	-	(6.178)	-
Saldo final	**(6.178)**	**-**	**(6.178)**	**-**

17. Receitas de vendas e serviços:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de serviços O&M	-	-	638	-
Receita de locação de equiamentos e terra	-	-	6.461	-
(-) Impostos sobre a receita	-	-	(350)	-
	-	**-**	**6.749**	**-**

18. Custos de vendas e serviços:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depreciação e amortização	-	-	(1.860)	-
Amortização de mais valia	-	-	(106)	-
Manutenção	-	-	(79)	-
Custos de operação	-	-	(362)	-
Gastos gerais de produção	-	-	(26)	-
Custo com pessoal	-	-	-	-
Custo com encargos sociais	-	-	-	-
Amortização de menos valia	-	-	113	-
Demais gastos	-	-	(681)	-
	-	**-**	**(3.001)**	**-**

19. Despesas gerais e administrativas:

	Controladora		Consolidado	
Despesas administrativas	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Gastos com pessoal	-	-	(450)	-
Depreciação e amortização	-	-	(236)	-
Despesas com seguros	-	-	(127)	-
Serviços profissionais	(3)	-	(730)	-
Despesas com veículos	-	-	(49)	-
Comunicação e remessas	(99)	-	(380)	-
Despesas com viagens	-	-	(9)	-
Outros impostos, taxas e contribuições	(1)	-	(32)	-
Outras despesas administrativas	-	-	(1.127)	-
	(103)	**-**	**(3.493)**	**-**

20. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	171	-
Outras receitas financeiras	-	-	4	-
	-	**-**	**175**	**-**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(5.438)	-
Arrendamento de bens	-	-	(389)	-
Upfront sobre emprestimos	-	-	-	-
Custos debentures	-	-	(4)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(48)	-
	-	**-**	**(5.879)**	**-**
Resultado financeiro líquido	**-**	**-**	**(5.704)**	**-**

21. Imposto de Renda e Contribuição Social: Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados no resultado:

	Consolidado	
	2025	
	IRPJ	CSLL
Receitas recebíveis (sistema caixa)	6.440	6.440
Alíquota aplicada	32%	32%
	2.061	2.061
Receitas financeiras	128	128
Base de cálculo	**2.189**	**2.189**
Alíquotas utilizadas	15% e 10%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**468**	**197**
Impostos diferidos (a)	46	18
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**514**	**215**

(a) Os impostos diferidos são constituídos da diferença entre regime de competência e caixa e tem seu prazo de realização de aproximadamente 1 mês. **22. Medidas de desempenho gerencial (Management Performance Measures – MPMs):** Em conformidade com o IFRS 18, emitido pelo International Accounting Standards Board, a Companhia divulga medidas de desempenho gerencial (MPMs), que são utilizadas pela Administração para monitorar e avaliar o desempenho financeiro e operacional de suas atividades. As MPMs representam subtotais de receitas e despesas que não são especificados pelas normas IFRS e, portanto, podem não ser diretamente comparáveis com indicadores similares apresentados por outras companhias. A Administração utiliza essas medidas como complemento às informações apresentadas nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as IFRS. As principais MPMs utilizadas pela Companhia são: **• EBITDA:** definido como o lucro líquido do período ajustado por "Imposto de renda e contribuição social", "Resultado financeiro líquido" e "Depreciação e amortização"**: • EBITDA ajustado (quando aplicável):** EBITDA acrescido ou excluído de itens considerados não recorrentes, não operacionais ou não representativos do desempenho recorrente da Companhia: Essas medidas são revisadas periodicamente pela Administração e refletem a forma como o desempenho do negócio é analisado internamente. **Conciliação com as demonstrações financeiras:** As conciliações entre as MPMs e os subtotais mais diretamente comparáveis apresentados nas demonstrações financeiras estão demonstradas abaixo:

(R$ mil)	**2025**
Lucro líquido do período	**(6.178)**
(+) Imposto de renda e contribuição social	729
Lucro antes do imposto de renda	**(5.449)**
(+) Resultado financeiro líquido	5.704
Lucro antes do financiamento e impostos	**255**
(+) Depreciação e amortização	2.653
EBITDA	**2.908**

23. Benefícios a empregados: A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica e o fornecimento de transporte. A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Não há benefecíos a empregados à serem reconhecidos contabilmente. **24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: 24.1 . Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria de custo amortizado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e: os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros, em conformidade com a finalidade para as quais os ativos financeiros foram adquiridos ou seus passivos foram contraídos. Os ativos e passivos financeiros são apresentados como circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, avaliados pelo custo amortizado, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: • Caixa e equivalentes de caixa – está apresentado ao seu valor contábil, o qual a administração entende ser valor de justo; • Demais contas a receber e a pagar – são mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos de atualização monetária quando aplicável. Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025. **24.2 . Fatores de risco financeiro:** As atividades da Albioma o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros de fluxo de caixa, risco de valor justo, e risco de preço de aquisição), risco de crédito, risco de juros e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Albioma no Brasil concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Albioma. **a) Risco de capital:** Para continuar com suas atividades e, simultaneamente, maximizar o retorno de seus sócios, a Sociedade gerencia seu capital através da otimização do balanço entre empréstimo e capital. **b) Risco de crédito:** A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. É presumido que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou: • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, monitorados pela Administração. O risco de crédito também é representado por contas a receber das geradoras de energia da Albioma no Brasil o que, no entanto, é atenuado já que as comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	-	-	5.358	-
Caixa restrito (Nota 6)	-	-	7.300	-
Contas a receber e outros recebíveis (Nota 5/10)	-	-	8.585	-

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	-	-	6.595	-
Vencido acima de 180 dias	-	-	1.990	-
	-	**-**	**8.585**	**-**

Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições. Não existe na história da Companhia registro de perdas em caixa e equivalentes de caixa. **Contas a receber de clientes e outras contas a receber:** A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário através de contratos fornecimento. **Perda por redução valor recuperável:** O grupo não vê necessidade de constituir a provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre contas a receber de clientes e outras a contas a receber, pois não foram identificados riscos significativas de eventuais perdas prospectivas no encerramento do exercício, entretanto identificou um risco na recuperação das contas a receber da parte relacionada URP. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Albioma. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerenciado pela Tesouraria Grupo Albioma. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, selecionando-se instrumentos com vencimentos apropriados. O valor dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	-	-	275.739	-
Passivos de arrendamento	-	-	24.845	-
Passivo	53	-	4.018	-
Partes relacionadas	5.095	-	2.400	-
	5.148	**-**	**307.002**	**-**
Vencíveis em 1 ano	**2.453**	**5.385**	**118.059**	**7.161**
Vencíveis acima de 1 ano	**2.695**	**(5.385)**	**188.943**	**(7.161)**

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, e excluindo o impacto dos acordos de compensação e incluindo a provisão de juros: **d) Risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP e IPCA, cujas eventuais flutuações são monitoradas pela Administração. **e) Riscos de Mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **f) Risco de taxa de câmbio:** A Companhia não está exposta às flutuações nas taxas de câmbio, já que não possui negócios indexados a moedas estrangeiras. **g) Perfil:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros ao custo de amortização remunerados por juros da Companhia e do Grupo eram:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	-	-	5.358	-
Caixa restrito (Nota 6)	-	-	7.300	-
Contas a receber e outros recebíveis (Nota 5/10)	-	-	8.585	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	-	-	275.739	-
Passivos de arrendamento (Nota 17)	-	-	24.845	-

24.3. Gestão de capital: A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Total do passivo financeiro	5.148	-	307.002	0
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	(5.358)	-
(=) Dívida líquida	**5.148**	**-**	**301.644**	**0**
Total do patrimônio líquido	185.594	-	185.594	0
Passivos de arrendamento	-	-	24.845	0
Total dos empréstimos e financiamentos	-	-	275.739	0
Capital dos acionistas e terceiros	**185.594**	**0**	**486.178**	**0**
Alavancagem	**3%**	**0%**	**62%**	**0%**

25. Seguros (Não auditado): Em 31 de dezembro de 2025, a Albioma Solar Participações possuía cobertura de seguro para riscos operacionais, contemplando danos materiais a suas edificações, equipamentos, instalações e demais ativos vinculados às suas operações. As apólices contratadas incluem cobertura para eventos como terremoto, tremores de terra e maremoto; vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo; impacto de veículos e queda de aeronaves; incêndio decorrente de queimadas em zonas rurais; bem como alagamento, inundação e desmoronamento. Os montantes segurados são considerados pela Administração suficientes para cobrir eventuais perdas e riscos associados aos ativos e às operações da Companhia. Não faz parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes avaliar a suficiência dessas apólices de seguros. A Companhia não prevê dificuldades na renovação de suas apólices e entende que as coberturas contratadas são razoáveis em termos de valor e compatíveis com as práticas usuais do setor no Brasil. **26. Eventos Subsequentes: (a) Albioma Solar Brasil: Liquidação de Empréstimo:** Em 18 de janeiro de 2026, a Companhia liquidou integralmente a dívida anteriormente mantida junto ao banco Santander. A quitação ocorreu no contexto de uma reestruturação financeira no grupo, na qual a controladora realizou a captação de recursos por meio da emissão de debêntures incentivadas, cujos recursos foram utilizados para a liquidação da referida obrigação. A Administração entende que esse evento não impacta as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tratando-se, portanto, de um evento subsequente não ajustável, nos termos das normas contábeis aplicáveis. **(b) Albioma Solar Brasil III: Captação de Recursos:** Em 24 de março de 2026, a Companhia, por meio de sua controlada Albioma Solar III S.A., concluiu a liberação de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de R$ 105.000, conforme condições previamente aprovadas em contrato de financiamento. A operação possui prazo total de 184 meses, não havendo período de carência para início do pagamento do principal e encargos financeiros. Os recursos captados serão destinados ao financiamento dos investimentos relacionados ao projeto de geração de energia da controlada, em linha com o plano de negócios do Grupo. Considerando que a liberação dos recursos ocorreu após o encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração classificou o referido evento como evento subsequente não ajustável, nos termos do CPC 24 – Eventos Subsequentes, não havendo efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras daquele exercício. A Administração entende que a divulgação deste evento é relevante para a adequada compreensão da posição financeira da Companhia, especialmente no que se refere à sua estrutura de capital e à continuidade dos investimentos em seus projetos.

Christiano Forman Villaca - Diretor Presidente
Douglas da Silva Ramos - Contador - CRC 1SP 323.352/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas da **Albioma Solar Participações S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Albioma Solar Participações S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Albioma Solar Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Reponsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia e suas controladas são aqueles com a responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Campinas, 31 de março de 2026. Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC 2SP023701/O-8, Franciane Heloise Moraes Messias - Contadora CRC SP 262973/O-6.

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 85160953015
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 24/04/2026 21:11:51 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30029BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*